



AGENDA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE - 2015/abril/10 - (sexta-feira)

10:00 Horas**ORDEM DO DIA****1- Projeto de Resolução n.º 1292/XII/4.ª (PPD/PSD e CDS-PP)**

Valorizar a Ria Formosa e clarificar o estatuto jurídico do núcleo da Culatra

Projeto de Resolução n.º 1308/XII/4.ª (PCP)

Pelo reconhecimento do valor social, económico e cultural dos núcleos urbanos das ilhas-barreira da Ria Formosa e imediata suspensão das demolições de habitações na Culatra, Hangares, Farol, península do Ancão e ilhotes da Ria Formosa

Projeto de Resolução n.º 1394/XII/4.ª (BE)

Recomenda ao Governo o reconhecimento do valor económico e cultural dos núcleos populacionais existentes nas ilhas-barreira e ilhotes da Ria Formosa e na península do Ancão

Projeto de Resolução n.º 1398/XII/4.ª (PS)

Recomenda ao Governo um conjunto de ações em torno da requalificação e valorização da Ria Formosa

Tempos	cada
GOV e PPD/PSD*	3 m
PS*	3 m
CDS-PP*	3 m
PCP*	3 m
BE*	3 m
PEV	3 m

*O PPD/PSD, o PS, o CDS-PP, o PCP e o BE, como autores das iniciativas, dispõem de mais um minuto

**2- [Projeto de Lei n.º 835/XII/4.ª \(PS\)](#)**

Procede à quarta alteração à Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, determinando um novo modelo de designação do Governador do Banco de Portugal e dos demais membros do Conselho de Administração

Tempos	cada
GOV e PPD/PSD	3 m
PS*	3 m
CDS-PP	3 m
PCP	3 m
BE	3 m
PEV	3 m

*O PS, como autor da iniciativa, dispõe de mais um minuto

3- [Projeto de Lei n.º 849/XII/4.ª \(PCP\)](#)

Estabelece uma cláusula de salvaguarda para efeitos de IMI e revoga a isenção concedida aos fundos imobiliários

[Projeto de Lei n.º 851/XII/4.ª \(BE\)](#)

Revoga os benefícios fiscais dos fundos imobiliários no pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis

[Projeto de Lei n.º 852/XII/4.ª \(BE\)](#)

Suspensão extraordinária do aumento do IMI em 2015

[Projeto de Lei n.º 853/XII/4.ª \(BE\)](#)

Introduz a atualização anual automática do valor da habitação para efeitos de pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis para uma maior justiça social

**Projeto de Lei n.º 854/XII/4.ª (BE)**

Introduz taxas reduzidas de IMI para habitação própria

Projeto de Lei n.º 850/XII/4.ª (PS)

Introduz maior equidade fiscal e maior justiça social no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (26.ª alteração ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro)

Tempos	cada
GOV e PPD/PSD	3 m
PS*	3 m
CDS-PP	3 m
PCP*	3 m
BE*	3 m
PEV	3 m

*O PS, o PCP e o BE, como autores das iniciativas, dispõem de mais um minuto.

4- Projeto de Resolução n.º 1311/XII/4.ª (BE)

Criação de um programa nacional de emergência para o património cultural e recurso a fundos europeus para o seu financiamento, no quadro da estratégia 2020

Projeto de Lei n.º 840/XII/4ª (PS)

Procede à 1.ª Alteração à Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, procedendo à alteração das regras de inventariação, de expedição e de exportação de obras e altera a taxa de IVA aplicável ao restauro de bens móveis culturais

**Projeto de Resolução n.º 1396/XII/4.ª (PCP)**

Medidas de Proteção do Património Cultural Português

Tempos	cada
GOV e PPD/PSD	3 m
PS*	3 m
CDS-PP	3 m
PCP*	3 m
BE*	3 m
PEV	3 m

*O PS, o PCP e o BE, como autores das iniciativas, dispõem de mais um minuto

5- Projeto de Lei n.º 855/XII/4.ª (PEV)

Cria o passe jovem

Projeto de Resolução n.º 1397/XII/4.ª (PS)

Recomenda ao Governo a reintrodução de passes escolares

Projeto de Resolução n.º 1399/XII/4.ª (BE)

Repõe o desconto do passe 4_18, alargando-o a todas as crianças e jovens até aos 18 anos

Projeto de Resolução n.º 1401/XII/4.ª (BE)

Repõe o desconto do passe sub 23, alargando-o a todos os estudantes do ensino superior até aos 23 anos, inclusive

Tempos	cada
GOV e PPD/PSD	3 m
PS*	3 m
CDS-PP	3 m
PCP	3 m
BE*	3 m
PEV*	3 m

*O PS, o BE e o PEV, como autores das iniciativas, dispõem de mais um minuto



6- [Projeto de Resolução n.º 1406/XII/4.ª \(PPD/PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e PEV\)](#)

Aprova o sistema de avaliação de desempenho na Assembleia da República

S/Tempos

7- [Proposta de Resolução n.º 98/XII/4.ª \(GOV\)](#)

Aprova o Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas, em 19 de fevereiro de 2013

Tempos:

2 minutos a cada Grupo Parlamentar e ao Governo

8- **Votações regimentais no final do debate.**